

CONCORRÊNCIA CO SMCG N.º 003/2024

ANEXO IV-B – MATRIZ DE RISCOS

CONCESSÃO COMUM PARA A CONTRATAÇÃO, EM CARÁTER DE EXCLUSIVIDADE, DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INSTALAÇÃO DE RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS (RED) DE USO E UTILIDADE PÚBLICA.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
 Secretaria Municipal de Coordenação Governamental
 R. Afonso Cavalcanti, 455 – Cidade Nova
 Rio de Janeiro - RJ - CEP 20211-110

| MATRIZ DE RISCO | | | | |
|-----------------|--|---|------------------|---|
| | Definição do risco | Descrição | Alocação | Ações para mitigação |
| 1. | Financiamento | Impossibilidade de captação de recursos de terceiros para financiar a execução do CONTRATO | CONCESSIONÁRIA | - Aporte de capital própria da CONCESSIONÁRIA e/ou de seus acionistas para cumprir com as obrigações contratuais assumidas. |
| | | Ausência de recursos da CONCESSIONÁRIA para arcar com obrigações financeiras assumidas perante terceiros | CONCESSIONÁRIA | - Renegociação dos contratos de financiamento celebrados; - Aporte de capital própria da CONCESSIONÁRIA e/ou de seus acionistas para quitação das obrigações assumidas. |
| | | Variação da taxa de juros | CONCESSIONÁRIA | - Adoção de critérios e políticas internos para seleção da instituição financeira e das condições para contratação de financiamentos. |
| 2. | Obtenção e/ou renovação de licenças, permissões e autorizações | Atraso no cronograma contratual e/ou inexecução contratual em decorrência da impossibilidade ou atraso na obtenção de licenças, permissões e autorizações | CONCESSIONÁRIA | - Demonstração prévia da CONCESSIONÁRIA da dificuldade encontrada para apoio do PODER CONCEDENTE; - Agendamento e participação em reuniões agendadas com o órgão ou entidade competente, sempre na presença de responsável técnico capacitado para prestar os esclarecimentos necessários. |
| | | Atraso no cronograma contratual e/ou inexecução contratual em decorrência da impossibilidade ou atraso na obtenção de licenças, permissões e autorizações por culpa ou inércia do PODER PÚBLICO | PODER CONCEDENTE | - Comunicação por escrito enviada pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE acerca da situação verificada com vistas a possibilitar o apoio técnico na resolução da demanda. |

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Coordenação Governamental
R. Afonso Cavalcanti, 455 – Cidade Nova
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20211-110

| | | | | |
|----|--------------------------------------|--|------------------|--|
| 3. | Força maior ou caso fortuito | Eventos imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, que retardam o prosseguimento e a conclusão dos serviços | COMPARTILHADO | <ul style="list-style-type: none"> - Comunicação por escrito para a outra parte contratual; - Cada uma das partes deverá assumir proporcionalmente todos os riscos que não forem seguráveis ou que o valor do prêmio for incompatível; - Negociação entre as partes, inclusive com a possibilidade de extinção do CONTRATO. |
| 4. | Risco de demanda | Não efetivação da demanda de receitas publicitárias projetada pela CONCESSIONÁRIA ou sua redução a qualquer tempo | CONCESSIONÁRIA | <ul style="list-style-type: none"> - Renegociação de contratos comerciais e publicitários; - Captação de novos clientes; - Envio de comunicação fundamentada técnica e juridicamente com requerimento visando o acréscimo ou a redução de mobiliários urbanos ao PODER CONCEDENTE. |
| 5. | Mudança nas especificações do OBJETO | Alteração nas especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA por solicitação do PODER CONCEDENTE | PODER CONCEDENTE | - Abertura de procedimento de revisão extraordinária do CONTRATO, caso as alterações impliquem na quebra da equação econômico-financeira da concessão e, comprovadamente, afetem os receitas e despesas da CONCESSIONÁRIA. |
| | | Alteração nas especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA em decorrência de avanços tecnológicos | CONCESSIONÁRIA | <ul style="list-style-type: none"> - Monitoramento constante da CONCESSIONÁRIA acerca dos avanços tecnológicos passíveis de introdução no OBJETO do CONTRATO; - Planejamento para reinvestimento e troca do mobiliário urbano. |
| | | Alteração nas especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA a critério da CONCESSIONÁRIA | CONCESSIONÁRIA | - Planejamento interno da CONCESSIONÁRIA; |

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
 Secretaria Municipal de Coordenação Governamental
 R. Afonso Cavalcanti, 455 – Cidade Nova
 Rio de Janeiro - RJ - CEP 20211-110

| | | | | |
|----|-------------------------------------|---|----------------|--|
| | | | | - Envio de comunicação fundamentada técnica e juridicamente com requerimento visando a alteração das especificações técnicas previstas inicialmente. |
| 6. | Danos a bens vinculados à CONCESSÃO | Roubos, furtos, destruição, depredação e vandalismo nos bens vinculados à CONCESSÃO ou nos ativos da CONCESSIONÁRIA | CONCESSIONÁRIA | - Contratação e manutenção em vigor de todos os seguros necessários para a prestação do SERVIÇO. |
| | | Precimento, perda, avarias ou quaisquer outros tipos de danos causados aos bens vinculados à CONCESSÃO | CONCESSIONÁRIA | - Estabelecimento de rotina constante de inspeção e manutenção preventiva e corretiva de todos os bens vinculados à CONCESSÃO; - Realização das substituições, renovações e adaptações necessárias aos bens vinculados à CONCESSÃO; - Contratação e manutenção em vigor de todos os seguros necessários para a prestação do SERVIÇO. |
| | | Danos advindos de vício ou defeito nos bens vinculados à CONCESSÃO cuja causa seja de responsabilidade do prestador do CONTRATO VIGENTE | COMPARTILHADO | - Rotina de fiscalização e inspeção de todos os bens durante o PERÍODO DE TRANSIÇÃO; - Elaboração de relatório técnico com o estado de conservação dos bens; - Análise da documentação fornecida pelo operador do CONTRATO VIGENTE; - Agendamento e participação em reuniões técnicas durante o PERÍODO DE TRANSIÇÃO. |
| 7. | Encargos trabalhistas | Inadimplemento, pela CONCESSIONÁRIA, de encargos trabalhistas dos empregados ou | CONCESSIONÁRIA | |

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Coordenação Governamental
R. Afonso Cavalcanti, 455 – Cidade Nova
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20211-110

| | | | | |
|----|---------------------------------|--|------------------|---|
| | | terceirizados envolvidos na prestação do SERVIÇO | | <ul style="list-style-type: none"> - Observância da legislação trabalhista e previdenciária, bem como ao cumprimento dos acordos coletivos eventualmente incidentes às categorias profissionais envolvidas; - Observância das determinações legais e regulamentares quanto à legislação de segurança e medicina do trabalho; - Fornecimento de treinamento e capacitação técnica aos seus empregados, funcionários e prestadores de serviço; - Fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) e demais equipamentos necessários para garantir a segurança de seus empregados, funcionários e prestadores de serviço, conforme o caso. |
| | | Ajuizamento de reclamação trabalhista por empregados, funcionários e/ou prestadores de serviços da CONCESSIONÁRIA ou de subcontratados | | |
| | | Ocorrência de acidente de trabalho na execução do OBJETO | | |
| 8. | Risco regulatório e legislativo | Alteração superveniente na legislação ou na regulação que ocorra após a entrega da PROPOSTA ECONÔMICA e afete diretamente as normas e os padrões éticos de conduta aplicáveis à publicidade e propaganda, com ou sem impacto no equilíbrio econômico-financeiro e/ou impacto direto nas receitas ou despesas da CONCESSIONÁRIA | CONCESSIONÁRIA | <ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento e monitoramento constante das normas e dos padrões éticos de conduta aplicáveis à publicidade e propaganda; - Inclusão de mecanismos contratuais capazes de promover o encaminhamento necessário conforme o caso; - Adequação da peça publicitária aos novos padrões designados pela legislação ou regulamentação superveniente. |
| | | Alteração superveniente na legislação ou na regulação que ocorra após a entrega da PROPOSTA ECONÔMICA e que comprovadamente altere o equilíbrio | PODER CONCEDENTE | <ul style="list-style-type: none"> - Observância das eventuais alterações normativas durante as revisões extraordinárias do CONTRATO com a finalidade de adequar a relação aos novos parâmetros normativos; |

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
 Secretaria Municipal de Coordenação Governamental
 R. Afonso Cavalcanti, 455 – Cidade Nova
 Rio de Janeiro - RJ - CEP 20211-110

| | | | | |
|-----|----------------------------------|--|------------------|---|
| | | econômico-financeiro e possua impacto direto nas receitas ou despesas da CONCESSIONÁRIA | | - Compatibilização das alterações legislativas na execução do CONTRATO, independentemente da celebração de Termo Aditivo ou de revisão extraordinária; |
| | | Alteração superveniente na legislação ou na regulação que ocorra após a entrega da PROPOSTA ECONÔMICA e que não altere o equilíbrio econômico-financeiro e/ou não possua impacto direto nas receitas ou despesas da CONCESSIONÁRIA | CONCESSIONÁRIA | - Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, caso devido. |
| 9. | Alteração tributária | Criação, extinção ou alteração de tributos ou encargos legais após a entrega da PROPOSTA ECONÔMICA que não tenham repercussão direta nas receitas e despesas da CONCESSIONÁRIA | CONCESSIONÁRIA | - Observância das eventuais alterações tributárias durante as revisões extraordinárias do CONTRATO com a finalidade de adequar a relação aos novos parâmetros normativos; - Compatibilização das alterações tributárias na execução do CONTRATO, independentemente da celebração de Termo Aditivo ou de revisão extraordinária; - Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, caso devido. |
| | | Criação, extinção ou alteração de tributos ou encargos legais após a entrega da PROPOSTA ECONÔMICA que tenham repercussão direta nas receitas e despesas da CONCESSIONÁRIA | PODER CONCEDENTE | |
| 10. | Alteração unilateral do CONTRATO | Imposição de modificação superveniente das condições do CONTRATO decorrente de ato do PODER CONCEDENTE que promova novas obrigações ou a alteração unilateral das obrigações originalmente contempladas no | PODER CONCEDENTE | - Acompanhamento e monitoramento do OBJETO contratual pelo PODER CONCEDENTE e pela ENTIDADE FISCALIZADORA; - Cooperação do PODER CONCEDENTE no desenvolvimento das atividades da CONCESSÃO, especialmente na hipótese de modificação superveniente de suas condições; |

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
 Secretaria Municipal de Coordenação Governamental
 R. Afonso Cavalcanti, 455 – Cidade Nova
 Rio de Janeiro - RJ - CEP 20211-110

| | | | | |
|-----|--|--|------------------|---|
| | | CONTRATO, desde que provoque impacto nos custos e encargos da CONCESSIONÁRIA | | - Realização de reuniões periódicas de acompanhamento do CONTRATO entre PODER CONCEDENTE, ENTIDADE FISCALIZADORA e CONCESSIONÁRIA. |
| 11. | Interferência na prestação do OBJETO em decorrência de fato relacionado aos contratos decorrentes da Concorrência nº 05/98 (Processo nº 01/002.833/98) | Atraso na emissão da ORDEM DE INÍCIO DA OPERAÇÃO por ação relacionada aos contratos decorrentes da Concorrência nº 05/98 (Processo nº 01/002.833/98) | PODER CONCEDENTE | <ul style="list-style-type: none"> - Manutenção do marco final de encerramento dos contratos decorrentes da Concorrência nº 05/98 (Processo nº 01/002.833/98), mesmo na hipótese de reconhecimento de desequilíbrio econômico-financeiro em favor do concessionário; - Promoção de interface operacional entre o antigo prestador e a CONCESSIONÁRIA durante o PERÍODO DE TRANSIÇÃO, inclusive com a participação dos funcionários e prepostos da CONCESSIONÁRIA em treinamentos; - Acompanhamento da vistoria dos bens reversíveis do CONTRATO VIGENTE; - Obtenção de todos os softwares, dispositivos e informações necessários para a execução do SERVIÇO na fase final do CONTRATO VIGENTE. |
| | | Obstáculo operacional para o início da prestação do SERVIÇO em decorrência de ação relacionada aos contratos decorrentes da Concorrência nº 05/98 (Processo nº 01/002.833/98) | | |
| | | Alteração das obrigações especificadas no CONTRATO e/ou no TERMO DE REFERÊNCIA por ação relacionada aos contratos decorrentes da Concorrência nº 05/98 (Processo nº 01/002.833/98) identificada durante o PERÍODO DE TRANSIÇÃO | | |
| 12. | Processos de Responsabilidade Civil | Custos relacionados a indenizações por danos decorrentes de acidentes causados durante a execução dos SERVIÇOS e outras ações de terceiros | CONCESSIONÁRIA | <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de plano interno de mitigação de acidentes; - Contratação e manutenção em vigor de todos os seguros necessários para a prestação do SERVIÇO. |

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
 Secretaria Municipal de Coordenação Governamental
 R. Afonso Cavalcanti, 455 – Cidade Nova
 Rio de Janeiro - RJ - CEP 20211-110

| | | | | |
|-----|---|--|------------------|---|
| 13. | Falência da Concessionária | Risco de interrupção da concessão por decretação da falência da Concessionária | CONCESSIONÁRIA | <ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento periódico da situação financeira da CONCESSIONÁRIA por parte do PODER CONCEDENTE e da ENTIDADE FISCALIZADORA; - Prestação de informações pela CONCESSIONÁRIA; - Tentativa, por parte da CONCESSIONÁRIA, de renegociação de débitos e obrigações contraídas. |
| 14. | Anulação | Anulação da concessão por falhas de naturezas diversas e insanáveis originadas de ações ou omissões da CONCESSIONÁRIA | CONCESSIONÁRIA | <ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento constante e minucioso de todas as etapas da contratação; - Observância do devido processo legal para publicação e julgamento da CONCORRÊNCIA, assim como para assinatura do CONTRATO; - Prestar todos os esclarecimentos e informações demandados por órgãos de controle e outras entidades durante todas as etapas do processo por todas as PARTES envolvidas; - Monitoramento rotineiro e periódico das atividades contratuais. |
| | | Anulação da concessão por falhas de naturezas diversas e insanáveis originadas de ações ou omissões do PODER CONCEDENTE | PODER CONCEDENTE | |
| 15. | Ações judiciais e medidas administrativas | Ações judiciais e medidas administrativas que impeçam, interrompam, suspendam ou causem extinção do CONCESSÃO, por fato, ação ou omissão, derivado de conduta direta ou indireta da CONCESSIONÁRIA | CONCESSIONÁRIA | <ul style="list-style-type: none"> - Observância das normas legais, regulamentares e contratuais em todas as etapas do projeto; - Executar o serviço conforme padrão e requisitos exigidos pelo PODER CONCEDENTE na forma do EDITAL, do CONTRATO e dos ANEXOS. |
| | | Ações judiciais e medidas administrativas que impeçam, interrompam, suspendam ou causem extinção do CONCESSÃO, por evento | PODER CONCEDENTE | <ul style="list-style-type: none"> - Observância do devido processo legal para publicação e julgamento da CONCORRÊNCIA, assim como para assinatura do CONTRATO; |

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Coordenação Governamental
R. Afonso Cavalcanti, 455 – Cidade Nova
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20211-110

| | | | | |
|-----|------------------------------------|--|------------------|---|
| | | decorrente dos contratos decorrentes da Concorrência nº 05/98 (Processo nº 01/002.833/98) | | - Observância aos termos e condições dos contratos decorrentes da Concorrência nº 05/98 (Processo nº 01/002.833/98) no que diz respeito aos direitos e obrigações do concessionário daquele instrumento. |
| 16. | Intervenção de órgãos de controle. | Ações promovidas pelo Ministério Público, Tribunal de Contas e outros órgãos de controle decorrentes da atuação da CONCESSIONÁRIA que possam interromper ou obstaculizar a CONCESSÃO | CONCESSIONÁRIA | <ul style="list-style-type: none"> - Participação em reuniões designadas pelos órgãos de controle, sempre acompanhada de representante técnico capaz de prestar as informações necessárias; - Executar o serviço conforme padrão e requisitos exigidos pelo PODER CONCEDENTE na forma do EDITAL, do CONTRATO e dos ANEXOS; - Resposta tempestiva e satisfatória para todos os questionamentos eventualmente formulados pelos órgãos de controle. |
| | | Ações promovidas pelo Ministério Público, Tribunal de Contas e outros órgãos de controle decorrentes de fatos anteriores à emissão da ORDEM DE INÍCIO DA OPERAÇÃO que possam interromper ou obstaculizar a Concessão, desde que vinculados à atuação da CONCESSIONÁRIA | | |
| | | Ações promovidas pelo Ministério Público, Tribunal de Contas e outros órgãos de controle decorrentes de fatos anteriores à emissão da ORDEM DE INÍCIO DA OPERAÇÃO que possam interromper ou obstaculizar a Concessão, desde que não vinculados à atuação da CONCESSIONÁRIA | PODER CONCEDENTE | <ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento e fiscalização do período remanescente dos contratos decorrentes da Concorrência nº 05/98 (Processo nº 01/002.833/98); - Zelar pela efetividade do PERÍODO DE TRANSIÇÃO; - Participação em reuniões designadas pelos órgãos de controle, sempre acompanhado de representante técnico capaz de prestar as informações necessárias. |